

A FEIRA LIVRE DE SANTO ESTEVÃO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL E IMATERIAL; MEMÓRIAS E SENSações NO COTIDIANO DOS SANTOESTEVEENSE E CIRCUNVIZINHOS.

Ana Cláudia Moura Teixeira Guerra¹

Lívia Dias de Azevedo²

RESUMO

O objeto em questão; a feira livre de Santo Estevão-Ba, e os impactos socioeconômicos, as emoções, sensações e as memórias dessa feira para a cidade e região. Qual a importância socioeconômica e quais são os impactos, as emoções, sensações e as memórias dessa feira de Santo Estevão na vida das pessoas da cidade e circunvizinhas? Tendo como objetivo geral; analisar a história, as memórias e as sensações na feira livre da cidade de Santo Estevão. E para tanto será preciso alguns objetivos específicos; como descrever o contexto histórico no surgimento da feira livre da cidade; refletir, a partir da feira livre da cidade de Santo Estevão, analisar as intencionalidades, emoções e sons, falas, ditos do povo presentes na feira livre. Sendo esta pesquisa amparado na metodologia etnográfica (pesquisa de campo), na iconografia de fotos antigas e atuais, documenta. Como aporte teórico, metodológico, este estudo dialoga principalmente com Pesavento (2007), Menezes (1998), Milton Santos (1978). Objetivando entender de que forma são construídas e representadas as imagens sobre a cidade redesenhada a partir das transferências da feira, no período de 1922 a 2023. Contudo, será de servir como aporte teórico no futuro, visto que, esta pesquisa não esgotará todas as possibilidades de estudos.

Palavras-chave: Feira livre; Patrimônio; Cultura; Memória.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte do Projeto de Pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, da Universidade Estadual de Feira de Santana, que tem com título: “A feira livre de Santo Estevão: patrimônio histórico material e imaterial; memórias e sensações no cotidiano dos santo-estevense e região”. As memórias e as sensações foram, com certeza, os motivos levados a desenvolver as ideias sobre a feira livre da cidade de Santo Estevão- Ba. E como nos sugere Pesavento (2007, p. 13), sobre as cidades

¹ Ana Cláudia Moura Teixeira Guerra

Mestranda em Desenho, Cultura e Interatividade pelo (PPGDCI/UEFS), Especialização em Desenho, Cultura e Interatividade pelo (PPGDCI/UEFS), Especialização em En Langue Française – voix de la Francophonie, pelo (PPGDCI/UEFS) Estudos Francófonos. Graduada em Letras com Frances (UEFS)

² Graduada em geografia, mestre e doutora (UEFS, UNICAMP) Professora e coordenadora do PPGDCI, UEFS, Feira de Santana, BA. liviadias@uefs.br.

que fascinam, e que estas são “uma materialidade erguida pelo homem [...] uma ação humana sobre a natureza”. Como construções humanas, as cidades correspondem a um fenômeno cultural por excelência, uma obra coletiva, aglutinadoras de formas de pensar, valores, classes, práticas, hábitos, comportamentos histórias e memórias diversas em um mesmo espaço, como construção coletiva dos homens, a cidade, como nos mostra Pesavento (2008, p. 4) “é detentora de história e de memória”.

Contudo, as cidades não param de mudar, de se redesenhar, em um processo constante de destruir para renovar, apagando as marcas e desenho do passado e construindo o futuro. Cada geração vê a cidade se transformar e emprega nela a sua marca, o seu tempo. Para o morador da cidade, ela se apresenta como a pedir para ser decifrada, entendida. Nesta busca por entendimento, são elaboradas representações traduzidas através de variadas expressões, como a *feira livre*, as memórias, as sensações e as imagens, sendo reconstruídas e imaginadas, muitas vezes dando origem a “outras tantas cidades” (Pesavento, 2007, p. 11). Qual a importância socioeconômica e quais são os impactos, as emoções, sensações e as memórias da feira livre para os santo-estevense e população circunvizinhas?

Será uma pesquisa que contribuirá, para estudos futuros, visto que não se esgotará todos os aspectos dessa feira livre e do redesenho do espaço urbano da cidade de Santo Estevão-Ba, e discussões sobre a história da cidade, sua memória, lugar de reencontro de pessoas, e de como era representada a cidade no início do século XX, com o surgimento da feira livre. Neste sentido, entende-se que para além das palavras, os cheiros, odores, cores, os sons, encantam a cidade, trazendo ao presente às sensibilidades do passado.

Entendemos que um estudo sobre do imaginário da cidade e constante na feira livre da cidade de Santo Estevão, será para além de uma contribuição para a história do município. Para tanto, outras fontes históricas para o entendimento da história de Santo Estevão, faz-se necessário. E é através encontro do passado com o presente que as pessoas se reconhecem coletivamente como iguais, identificando-se pela utilização de elementos do grupo do qual fazem parte, construindo sua história e identidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de realizar este estudo sobre a feira livre de Santo Estevão-Ba, serão utilizados conceitos de memória coletiva e lugares de memória presentes nas obras de Pierre Nora (1993), Gilmar Arruda (2000) e Sandra Jatahy Pesavento (2007) os conceitos de

sensação e percepção de Marilena Chauí (1998) e de história nas obras de Jacques Le Goff (1998), Marc Bloch (2001).

Com base nas fontes de pesquisa, trataremos de investigar as imagens, histórias e memórias presentes na feira livre de Santo Estevão, especificamente como é representada a cidade em seus diversos aspectos: social e econômico; entendendo que assim estamos buscando uma aproximação com um mundo onde se inter-relacionam história e memórias sobre a imagem e as representações da cidade real e viva, confrontado as duas cidades.

Partimos da premissa de que o desenvolvimento e crescimento da feira livre de Santo Estevão se deu a partir da vivência estabelecida pelo que resultou de um conjunto de experiências, memórias e histórias sobre a mesma. O desenvolvimento econômico e o crescimento da cidade no início do século XX, que representa a cidade de Santo Estevão como a de sua população trabalhadora.

Para nós, na linha de montagem desse trabalho, será a busca da história, das imagens, das representações, das sensações e memórias sobre a cidade de Santo Estevão. Partindo da premissa de que é possível realizar um estudo que destaque a importância do desenho enquanto elemento que possibilita uma compreensão histórica cultural, apresentamos esta produção textual que pretende aprofundar uma reflexão sobre as imagens, as memórias e as representações da feira livre de Santo Estevão, através de uma investigação a história e organização desta feira livre .

Esse formato e organização da feira livre delibera um conjunto de imagens, representações espaciais e memórias individuais e coletivas da cidade de Santo Estevão, das primeiras décadas do século XX. Arruda (2000, p. 26) entende que é significativo apreender “as representações espaciais como historicamente determinadas e constituintes do imaginário social, e, por conseguinte, das práticas sociais, capazes de explicar e mobilizar as atitudes e dar sentido às suas ações”.

Estas representações colaboram na constituição da identidade, além de fixar uma memória sobre a cidade em que sobressai a “capacidade de assegurar permanências, manifestações sobreviventes de um passado muitas vezes sepultado, sempre isolado do presente pelas muitas transformações, pelos cortes que fragmentam o tempo” (Pinto, 1998, p. 207).

Contudo, ficavam fácil compreender a força da feira livre de Santo Estevão, entre outros pontos, as origens rurais da cidade, sua identidade a valorização do seu povo e do seu comércio que gerou o desenvolvimento da região, como nos diz Popino (1968, p. 54), em relação a cidade de Feira de Santana, podendo ser aplicada a cidade de Santo Estevão também

quando diz que em um certo sentido, a história de Feira de Santana pode ser considerada como a história da pecuária na Bahia. Os primeiros povoadores europeus da região eram criadores de gado e a feira, que deu nome à cidade e ao município, era e ainda é, essencialmente uma feira de gado. Sendo aqui como objeto de estudo uma cidade com destaque na sua pecuária que como conta a história que os primeiros habitantes chegaram e permaneceram por causa da água doce e comida para o gado que estavam com fome e com sede, e um pouco mais tarde Santo Estevão desenvolve a agricultura/horticultura.

Portanto, as representações e o imaginário sobre a feira livre de Santo Estevão então apresentados por uma terra, de um espaço de aconchego, de beleza, de religiosidade e de trabalho, mostrando conforme defende Chartier (1990, p. 17) que “as percepções do social não são de forma alguns discursos neutros”

Assim a cidade na representação da feira livre cheia de sentimentos e significados não correspondendo à cidade tátil e real, vivenciada pela maioria da população, silenciada e excluída, parte da população que vive na informalidade, transformando sua própria existência, Ao tratar de representações, Arruda (2000, p. 29) alerta que elas “tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus e o seu domínio”. Almejamos com esta produção textual dar o enfoque devido às ideias que se processam sobre a “feira livre” e as sensações e memórias na feira livre de Santo Estevão, amparados na concepção de imagens, memória, história e percepção contidas na bibliografia da pesquisa.

A concepção de Patrimônio Cultural como interesse da humanidade foi algo que só ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando houve a constatação da grave destruição provocada pelo conflito a vários monumentos, templos e prédios situados nos países conflitantes. No Brasil, a preocupação em proteger o patrimônio começou a ter relevância a partir do Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1934, que instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), precursor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que atualmente é responsável por coordenar a gestão do patrimônio cultural brasileiro, trabalhando em parceria com outros órgãos e entidades públicas e privadas. De acordo com a Constituição Federal de 1937, em seu decreto de lei nº 25:

Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Portanto, em relação a dar valor ou classificar o patrimônio histórico cultural, segundo a citação deixa claro que, só o poder público assim fazia. Após alguns anos Constituição Cidadã de 1988, em seu Artigo 216, a Magna Carta declara: “Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988, p. 33). Essa nova compreensão do conceito de patrimônio avança não só pela inclusão dos bens não materiais, mas, pela importância dada à matriz de valor cultural, que reconhece que os valores não são criados pelo Estado ou pelo poder público, mas sim pela sociedade. Isso não anula a atuação do poder público, mas destaca as práticas sociais como sendo a premissa do valor cultural, principalmente no que se refere à identidade e memória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta busca pela investigação do objeto em questão, a ser analisado como são construídas e representadas as memórias, as imagens e sensações sobre a feira livre da cidade de Santo Estevão tomando por base sua história e cultura. A representação, ou seja, o imaginário elaborado sobre a feira livre de Santo Estevão, desde 1922, expressa em si, como não poderia deixar de ser uma feira livre cheia de sentimentos positivos, de reencontro das pessoas, de alegria, de celebração e de busca pelo engrandecimento econômico da cidade e de seu povo.

Nesta perspectiva, o estudo busca identificar às “cidades visíveis, as cidades sensíveis e cidades imaginárias” (Pesavento, 2007, página 11), que coabitam na representação da feira livre da cidade de Santo Estevão e seus aspectos histórico-cultural imaterial. Com este intuito, algumas indagações preliminares devem ser postas para compreender a importância desse comércio da informalidade, livre é organizado; como por exemplo: Qual a importância da feira livre de Santo Estevão? Quando ela surge? Quem frequenta a feira livre? Por que esta opção de organização da feira e sua representação? Qual o teor político no trato com a feira? Quais os elementos da sociedade podem ser enxergados e representados na feira da cidade? Quais grupos sociais podem ser vistos nesse espaço?

Contudo a construção de uma memória, perpassa pela evocação de características, lembranças e recordações e de um discurso identitário, (conjunto de características próprias pelas quais algo é reconhecido) para a cidade de Santo Estevão, para e a partir da política,

econômica e social, impregnou a sociedade santoestevense, criando mitos e elegendo monumentos históricos e também “lugares de memória”, como diria Pierre Nora (1993) que representariam assim a própria essência de sua história. E sobretudo, vale salientar que no Brasil a acepção clássica do conceito de patrimônio refere-se ao legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras. Ainda que esta definição não tenha perdido validade, não se pode entender o patrimônio apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico. Todas as manifestações materiais de cultura criada pelo homem têm uma existência física num espaço e num determinado período de tempo.

Algumas destas manifestações destroem-se e desaparecem esgotadas na sua funcionalidade e significado, outras sobrevivem aos seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E através da própria dinâmica da existência, estes objetos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objetos que acrescentam elementos às gerações anteriores. Esta noção de patrimônio com a ideia de posse sugere-nos, imediatamente que estamos na presença de algo que possui valor. Valor que os seres humanos tanto individual como socialmente atribuem ao legado do passado.

No caso brasileiro, a preocupação em proteger o seu patrimônio cultural começa a ter relevância a partir da década de 30, com a aprovação da primeira Lei Federal, em 1933, quando os poderes públicos assumem a iniciativa de uma política de preservação. Até então, a defesa do patrimônio se pautava por decisões de caráter isoladas e iniciativas tímidas e localizadas. Somente a partir de 1936, no entanto, quando Mário de Andrade é convidado a redigir o anteprojeto de criação do primeiro órgão de preservação, é que se passa a ter uma legislação específica para a questão e uma sistematização do objeto a ser preservado, definido o tombamento como instrumento legal de preservação.

Com a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Brasil, 2000; Brasil, 2011), que viabiliza a efetiva proteção administrativa dos bens culturais intangíveis que se relacionam à identidade e à ação de grupos sociais que constituem o patrimônio cultural brasileiro, abriram-se possibilidades para que se atribua esse reconhecimento a diferentes formas culturais.

Considerando a Constituição Federal, que conceitua o que deve ser patrimônio imaterial, as tradições orais, os rituais, as festas, as danças e as expressões artísticas populares, e ainda o Decreto e a Lei supramencionados (Brasil, 2000; Brasil, 2011) que rezam sobre a identidade e a ação dos grupos sociais. A cidade de Santo Estevão sempre teve uma feira que agradavam a todos, um ponto de encontro e reencontro das pessoas; uma feira cheia de

emoções e sensações boas. Após 40 anos da emancipação política da cidade a feira livre foi transferida para a praça sete de setembro que ainda não era muito povoada, tinha uma área mais aberta, próxima do espaço da antiga feira da praça da Lua e, com isso a cidade cresceu, houve ampliação na malha urbana para o local da recém transferida feira livre; na praça sete de setembro, encontra-se aí a prefeitura municipal, a biblioteca e Câmara de Vereadores. A feira tinha sido instalada na frente da região administrativa da cidade, que até então não existia comerciantes nesse local. Anos depois vários prédios de estabelecimentos comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de Patrimônio Cultural como interesse da humanidade foi algo que só ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando houve a constatação da grave destruição provocada pelo conflito a vários monumentos, templos e prédios situados nos países conflitantes. No Brasil, a preocupação em proteger o patrimônio começou a ter relevância a partir do Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1934, que instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), precursor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que atualmente é responsável por coordenar a gestão do patrimônio cultural brasileiro, trabalhando em parceria com outros órgãos e entidades públicas e privadas.

Considera-se que o resultado desse objeto de pesquisa sobre a feira livre de santo estevão: patrimônio histórico material e imaterial; memórias e sensações no cotidiano do povo santo-estevense, servirá como aporte teórico pela sua relevância e sabendo que essa temática não esgotará os diversos olhares sensíveis, à essa realidade de quem organiza (armando/arrumando, praticamente sendo os mesmos trabalham na feira, ou de quem por ela passar, e também as várias possibilidades de estudos vindouros. Também a forma como os feirantes se expressam; verbal e gestual, podem ser vistos como uma forma de linguagem e comunicação, na maioria das vezes atraentes, chamativas, podendo ser considerada um aspecto importante sociocultural e histórico dos indivíduos que tem convivência com tal prática de comércio informal livre, eles podem ser estudados e analisados como parte da antropologia sociocultural e da história da linguagem-comunicação entre as pessoas, como patrimônio cultural imaterial, a forma como se comunicam e se expressam na feira para atraí o freguês, essa linguagem se configura como um aspecto importante da cultura popular, da memória coletiva, expressa pelos significados assim como imagens e símbolos

organizacional do trabalho informal. Pretende-se, aqui, deixar sua contribuição para que feira livre seja reconhecida como patrimônio histórico; cultural material e imaterial da sociedade santo-estevense. A partir do vislumbrante valor cultural e identitário desta feira para a cidade de Santo Estevão-Ba.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. 256 p.

BLOCK, Marc Leopold Benjamin – **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro, editora Jorge Zahar 2001.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1998.

LE GOFF, J. **A história nova**. 4. ed. São Paulo: M. Fontes, 1998. 319 p.

MENEZES, Ulpiano T Bezerra de. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público**. Revista Estudos Históricos. 1998, 89-104.

NASCIMENTO, Flavia Brito; SCIFONI, Simone. **A Paisagem Cultural como paradigma para a proteção: a experiência do vale do Ribeira-SP**. Revista CPC, n.10, p. 29-48, 2010.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. Projeto história**. 10. PUCSP: São Paulo, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades Visíveis, cidade Sensíveis, Cidades Imaginárias**. In Revista Brasileira de História. Vol. 27, n. 53, Rio Grande do Sul: 2007.

_____. **História, Memória e Centralidade Urbana**. In Revista Mosaico. Programa de Pós Graduação em História Universidade Católica de Goiás. Goiânia: 2008.

PINTO, Júlio Pimentel. **Os muitos tempos da memória**. In Projeto História. São Paulo: 1998, n. 17.

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968. 328 p.



RIBEIRO, E. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec. 1978.

UNESCO, Orientações para inscrição de tipo específico de bens na lista do Patrimônio Mundial. In: Orientações para inscrição da Conversão do Patrimônio Mundial, anexo III. Disponível em: <http://whc.unesco/>>. Acesso em: 17 maio 2005.